b) IPSS

ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"

Anexo

CONTAS DE GERÊNCIA

2021

31 de Dezembro de 2021

Índice

Pag.

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 5
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5 Activos Fixos Tangíveis 12
6 Activos Intangíveis 13
7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira 14
8 Custos de Empréstimos Obtidos 14
9 Inventários 14
10 Rédito 15
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 15
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 16
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 16
14 Imposto sobre o Rendimento 17
15 Benefícios dos empregados 17
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 18
17 Outras Informações 18
17.1 Investimentos Financeiros 18
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros 18
17.3 Clientes e Utentes 18
17.4 Outras contas a receber 21
17.5 Diferimentos 21
17.6 Outros Activos Financeiros 21
17.7 Caixa e Depósitos Bancários 21
17.8 Fundos Patrimoniais 22
17.9 Fornecedores 23
17.10 Estado e Outros Entes Públicos 23
17.11 Outras Contas a Pagar 23
17.12 Outros Passivos Financeiros 24
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração 24
17.14 Fornecimentos e serviços externos 25
17.15 Outros rendimentos e ganhos 25

17.16 Outros gastos e perdas 25
17.17 Resultados Financeiros 26
17.18 Análise Económica e Financeira 26
17.19 Acontecimentos após data de Balanço 29

1 Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A.B.A.T. - Associação Beneficência "Amigos de Terrugem"

Bairro Stº António - Rua das Laranjeiras

7350-491 Terrugem

NIF: 500943826

1.2 – Natureza da Actividade:

A "ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social" com Estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, em 12-08-1982, alterado ao abrigo do Dec-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, com sede em Bairro St. António, Rua das Laranjeiras. Tem como actividade principal o alojamento de idosos e outras prestações sociais a idosos e crianças sem alojamento, para que possa prosseguir os seus objectivos:

- Contribuir e dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- Promoção de assistência social, moral e económica a pessoas necessitadas;
- Assistência a crianças e pessoas da terceira idade.

Secundariamente a A.B.A.T. desenvolve os seguintes objectivos:

- Promoção da cultura física e desportos;
- Promoção da cultura intelectual e inerentes de atividades culturais e recreativas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, à excepção do edifício sede e respectivo terreno que, por decisão da Administração foram sujeitos a reavaliação em 2016.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, de acordo com o seu valor patrimonial tributário (VPT).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 20
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	1 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados ao justo valor.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos

apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e:

  O valor residual possa ser determinado com referência a esse mercado; e

  Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos em Curso

Não se verificam quaisquer Investimentos em Curso no final do Exercício de 2021.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custo de conservação e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condição actual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos Inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e condição actuais.

A Entidade adoptou como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Associados

O montante de 4.986,14 € registado na conta "278146" corresponde a quotas cobradas pelo cobrador mas não entregues na Instituição. O referido montante decompõe-se da seguinte forma:

ANO	2010	2011	Juros
Valor	677,77	3.382,40	925,97
SUB-TOTAL	677,77	3.382,40	925,97
TOTAL	**4.986,14**		

A conta "2641" reflecte o saldo das quotas dos associados por cobrar à data de 31 de Dezembro de 2021, no montante de **431,00 €.**

Utentes e outras contas a Receber

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido:

Designação	Saldo	OBS.
Utentes	4.497,03	
Adiantamentos ao Pessoal	245,12	
Autoridade Tributária	2.388,87	Consignação IVA/IRS 2020
TOTAL	**7.131,02**	

O valor correspondente aos adiantamentos ao pessoal corresponde a pagamentos em excesso, resultantes de situações de Baixa por doença após processamento dos ordenados, que posteriormente foram regularizados.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados.
Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista nos § 17.13 e 17.14 da NCRF-ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas "Caixa e Depósitos Bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal:

Designação	Saldo	OBS.
Fornecedores	**32.953,34**	
Estado e Outros Entes Públicos	**38.093,23**	
T.S.U.	15.894,61	
I.R.S.	2.457,75	
F.C.T./F.G.C.T. (Fundos Compensação Trabalho)	131,46	
Processo de Execução (TSU) CDSS de Portalegre	19.609,41	
Credores por Acréscimos Gastos	**33.563,30**	
Remunerações a Pagar e respectivos encargos	30.951,47	
E.D.P., Comercial, S.A.	2.611,83	
TOTAL	**107.221,70**	

O Processo de Execução instaurado pelo CDSS de Portalegre deveu-se ao facto da Instituição ter ficado sem liquidez para poder efectuar o pagamento da TSU, referente à Entidade Patronal, dos meses de Dezembro 2020 e Maio e Junho de 2021.

3.2.7 Diferimentos

O Saldo desta rúbrica, no montante 3.177,90 €, corresponde à estimativa dos gastos com seguros de viaturas (920,93 €), outros seguros (Seguro Acidente de Trabalho TPCO, Multirriscos e Acidentes pessoais) no valor de 1.813,15 € que irão ser reconhecidos em 2022 pelo custo histórico e 443,82 referentes aos juros e custas processuais inerentes ao Processo de regularização de divida com o CDSS de Portalegre (TSU).

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

DESIGNAÇÃO	VALOR	Obs.
Fundos	**224.459,05**	Edificio Sede e Praça Touros
Resultados Transitados de Anos anteriores	-439.500,41	
Resultados Transitados-Transferência POC/SNC	0,00	
Resultados Transitados - Excedentes de Revalorização	720.259,19	Praça de Touros
Resultados Transitados-Correcções relativas Exerc. anteriore	-3.473,94	
Redução do Excedente de Revalorização (Edif. Sede)	878.057,24	
Redução do Excedente de Revalorização (Terreno)	90.000,00	
Total de Resultados Transitados	**1.245.342,08**	
Reavaliação do Edificio Sede	0,00	
Reavaliação do Edificio Sede (Impostos Diferidos)	0,00	
Total de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis	**0,00**	
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	**0,00**	
Resultado Líquido do Período	**-299.421,67**	
Total dos Fundos Patrimoniais	**1.170.379,46**	

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. À data de 31-12-2021, a Instituição apresenta o montante global em dívida de **44.426,34 €**, referente aos seguintes empréstimos:

Contraídos no Novo Banco:

- Construção do 1º piso, ERPI (Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas) cujo montante em dívida é de 22.603,74 €;
- Aquisição de uma UPAC (Unidade de Produção e Auto Consumo de Energia Eléctrica) cujo montante em dívida é de 17.692,16 €;

Contraídos no RCI Banque:

-Aquisição de uma viatura para a SAD, marca Dácia WorK Edition dCi 75, cujo montante em dívida é de 4.130,44 €.

Os "Encargos Financeiros" com estas operações ascenderam ao montante de 1.878,67 € e foram reconhecidos como gastos do período constando na Demonstração de Resultados na rúbrica "Juros e Gastos Similares Suportados".

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

Deste modo, nos termos da alínea b) do preceito legal acima referido, a Instituição não terá de reconhecer qualquer imposto sobre o rendimento a pagar.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

Por decisão da Administração procedeu-se á reavaliação do edifício sede da Instituição no ano de 2016. Deste modo, nos termos da NCRF 7 (Ativos Fixos Tangíveis) por remissão do § 7.11 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo e com base no Relatório de Avaliação, produzido pela empresa Rodrigues Sequeira, Engenharia, Lda. em 19 de Março de 2016, a reavaliação foi reconhecida da seguinte forma:

PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO (DEPRECIAÇÕES ATÉ MARÇO DE 2016-DATA DA REAVALIAÇÃO)						
DESIGNAÇÃO CONFORME INVENTÁRIO DE INVESTIMENTOS	VALORES AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DA AVALIAÇÃO	EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO	IMPOSTO DIFERIDO
Terreno	- €	- €	- €	90.000,00 €	90.000,00 €	- €
Edificio Sede	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.600.000,00 €	1.120.408,91 €	235.285,87 €
TOTAIS	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.690.000,00 €	1.210.408,91 €	235.285,87 €

Assim, no período de 2021 ocorreram os seguintes movimentos nos "Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural":

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	872.342,00	872.342,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	91.995,19	1.995,19	90.000,00	91.995,19	1.995,19	90.000,00
Edificios Outras Construções	1613.848,15	1327.299,34	286.548,81	1798.428,83	1786.522,00	11.906,83
Equipamento Básico	339.248,95	260.204,02	79.044,93	344.143,87	280.538,58	63.605,29
Equipamento de Transporte	129.057,70	122.338,93	6.718,77	129.057,70	125.325,05	3.732,65
Equipamento Administrativo	13.010,14	12.289,00	721,14	13.576,71	13.015,81	560,90
TOTAL	**3.059.502,13**	**1.724.126,48**	**1.335.375,65**	**3.249.544,30**	**2.207.396,63**	**1.042.147,67**

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Correcção de Depreciações (Exercícios Anteriores)	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Quantia escriturada Final
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	90.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	90.000,00
Edificios e Outras Construções	286.548,81	0,00	0,00	0,00	-7.065,81	267.576,17	0,00	0,00	11.906,83
Equipamento Básico	79.044,94	4.894,92	0,00	0,00		20.334,56	0,00	0,00	63.605,30
Equipamento de Transporte	6.718,76	0,00	0,00	0,00		2.986,12	0,00	0,00	3.732,64
Equipamento Administrativo	721,14	0,00	0,00	0,00		160,24	0,00	0,00	560,90
TOTAL	1.335.375,65	4.894,92	0,00	0,00	-7.065,81	291.057,09	0,00	0,00	1.042.147,67

As variações ocorridas ao nível desta classe foram as seguintes:

- Equipamento básico: Aquisição de duas TV LCD LG LED 43", 7 mesas redondas e 3 rectangulares para sala de jantar em madeira faia com pé central, um carro transporte roupa suja com 2 sacos, estrutura pintada com tampas e pedal e oferta de uma Máquina de Lavar Roupa New Pol 1014, da empresa Telefac, Lda..

6 Activos Intangíveis

Activos Intangíveis

Não se verificou qualquer movimento nesta classe:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Programas de Computador	315,14	315,14	0,00	315,14	315,14	0,00
TOTAL	**315,14**	**315,14**	**0,00**	**315,14**	**315,14**	**0,00**

7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira

A Entidade não possui à data de 31-12-2021 qualquer Investimento em Curso ou Bens em Regime de Locação Financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, o seu detalhe encontra-se descrito no ponto 17.17 deste Anexo.

O quadro abaixo reflecte o custo amortizado dos Financiamentos obtidos:

1º - Á data de 31/12/2021, cujo montante inicial era de 300.000,00 €, contraído em Novembro de 2007, com uma Taxa de juro corresponde à Euribor a 1 mês acrescida de 2 ponto percentuais traduzindo-se em uma Taxa Anual Efectiva de 5,219%. A maturidade deste financiamento é de 180 meses;

2º - Á data de 31/12/2021, cujo montante inicial era de 42.000,00 €, contraído em Setembro de 2017 com uma taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses acrescida de um Spread de 3,25 %. A maturidade deste financiamento é de 84 meses.

3º - Á data de 31/12/2021, cujo montante inicial era de 10.944,49 €, contraído em 16 de Maio de 2019 com uma TAEG de 8,1 %. A maturidade deste financiamento é de 48 meses.

	2021		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	0,00	44.426,34	44.426,34
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**44.426,34**	**44.426,34**

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores, mensurados ao custo histórico:

	2020				2021		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.375,01	183.965,23	6.330,55	16.375,01	159.305,59	5.403,92	12.392,26
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	**21.555,01**	**183.965,23**	**6.330,55**	**21.555,01**	**159.305,59**	**5.403,92**	**17.572,26**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				**173.489,67**			**157.884,42**
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

As reclassificações e regularizações, no montante de 5.403,92 €, ocorridas durante o exercício dizem respeito a:

- Devoluções de compras (403,92 €);
- Descontos e abatimentos em compras (5.000,00 €);

O seu Custo inclui todos os Custos de Compra e outros para os colocar no seu local e condições actuais.

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	411.706,39	358.841,39
Quotizações e jóias	9.061,00	8.226,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Subtotal	**420.767,39**	**367.067,39**
Juros	117,42	97,77
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	420.884,81	**367.165,16**

A diferença de 52.865,00 € na rubrica Quotas e utilizadores ou seja comparticipações de utentes, deveu-se à diminuição de utentes nas valências de SAD e Centro de Dia em virtude da Pandemia Covid19.

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

No período de 2021, não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2021
Subsídios PIDDAC	0,00	0,00
Subsídios FEDER	0,00	0,00
Subsídios C.M. Elvas	0,00	0,00
Subsídios PRODER	959,87	959,87
Subsídio programa Adaptar Social +	2.041,60	0,00
Total	**3.001,47**	**959,87**

Sabendo-se que o Subsídio PRODER foi atribuído em 2012, o valor de 959,87 € corresponde à parte (saldo) a imputar em proveitos em exercícios futuros tendo sido este o ultimo ano.

Aproveitando os apoios disponíveis, no âmbito da Pandemia Covid19, a Instituição candidatou-se ao Programa Adaptar Social + para aquisição de consumíveis (EPI's) e ativos fixos tangíveis " mesas para potenciar o distanciamento entre utentes". Daqui resultou a aprovação de um apoio no montante 7.978,22 € dos quais 2.041,60 € foram destinados à aquisição dos ativos fixos tangíveis sendo o remanescente, no valor de 5.936,62 €, para aquisição de consumíveis. Contudo no decorrer deste exercício a Segurança Social não permitiu que a aquisição das mesas para potenciar o distanciamento entre utentes fosse apoiada por este Programa o que implicou uma substituição destes bens por consumíveis (EPI's – Equipamentos de protecção individual, para combate ao vírus Covid19) resultando

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No ano de 2021 não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

14 Imposto sobre o Rendimento

Apesar da Instituição se encontrar isenta nos termos do art.º 10º do Código do IRC, deve ser respeitado o princípio da separação entre as normas contabilísticas e as normas fiscais. Neste sentido, o imposto diferido foi calculado nos termos da NCRF 25 (impostos sobre o rendimento) por remissão do § 7.11 da NCRF-ESNL, à taxa de 21% (nº 5 do art.º 87 do CIRC), ainda que a condição de isenção implique o não reconhecimento fiscal deste imposto.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, no período de 2021 foram respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral: 3

Direcção Administrativa: 5

Conselho Fiscal: 3

Os Órgãos Directivos não usufruem de quaisquer remunerações. À data de 31 de Dezembro de 2021 os Órgãos Sociais da Instituição encontram-se demissionários desde Outubro de 2020.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2021 foi de 35.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	398.106,94	367.155,25
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	88.973,09	82.283,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.294,89	4.578,03
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2.952,26	445,09
Total	**495.327,18**	**454.461,77**

A redução verificada com os gastos com pessoal deveu-se fundamentalmente á demissão de duas funcionárias á passagem de uma para a situação de pensionista e de 4 baixas, sendo duas o ano inteiro.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta uma dívida ao Instituto da Segurança Social, cujo valor inicial era de 21.712,89 €, divida essa que se encontra regularizada por via de um PP (Plano Prestacional) de 48 prestações mensais estando à data de 31 de Dezembro de 2021 no valor de 19.609,41 €.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

No ano de 2021 a rúbrica de Investimentos Financeiros apesenta o valor de 2.382,47 €, mensurado ao custo histórico de acordo com o seguinte quadro:

Designação	2020	2021
Fundo Compensação do Trabalho	2.195,58	2.059,08
Fundo Reestruturação do Sector Solidário	323,39	323,39
TOTAL	**2.518,97**	**2.382,47**

17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Á data de 31 de dezembro de 2021 encontra-se reconhecida a quantia de 431,00 € (conta 2641) referentes a quotas de associados não cobradas.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	**6.162,24**	**4.497,03**
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	**6.162,24**	**4.497,03**

A rúbrica Clientes e Utentes conta corrente encontra-se discriminada conforme quadros abaixo:

INFÂNCIA

CÓDIGO/VALÊNCIA: CRECHE	UTENTE	VALOR
1 - 12125	XXXXXX	211,62
1 - 12136	XXXXXX	63,80
1 - 12144	XXXXXX	120,00
	Subtotal.....	395,42
CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA	**UTENTE**	**VALOR**
1 - 13225	XXXXXX	126,00
	Subtotal.....	126,00
CÓDIGO/VALÊNCIA: C.A.T.L.	**UTENTE**	**VALOR**
1 - 14145	XXXXXX	180,00
	Subtotal.....	180,00
	TOTAL INFÂNCIA.....	**701,42**

IDOSOS

E.R.P.I.

CÓDIGO/VALÊNCIA: E.R.P.I.	UTENTE	VALOR
2 - 41089	XXXXXX	563,57
2 - 41144	XXXXXX	30,40
	Subtotal.....	593,97
	TOTAL E.R.P.I.....	**593,97**

CENTRO DE DIA

CÓDIGO/VALÊNCIA: CENTRO DE DIA	UTENTE	VALOR
2 - 42344	XXXXXX	212,65
2 - 42343	XXXXXX	380,14
	Subtotal.....	592,79
	TOTAL CENTRO DE DIA.....	**592,79**

S.A.D.

CÓDIGO/VALÊNCIA: AD	UTENTE	VALOR
2- 43218	XXXXXX	479,10
2 - 43236	XXXXXX	422,48
2 - 43247	XXXXXX	365,60
2 - 43234	XXXXXX	332,20
2 - 43159	XXXXXX	169,47
2 - 43145	XXXXXX	840,00
	Subtotal.....	2.608,85
	TOTAL S.A.D.....	**2.608,85**

TOTAL IDOSOS.....	**3.795,61**

TOTAL (INFANCIA+IDOSOS)	**4.497,03**

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	**1.983,71**	**2.388,87**
A.T. (Consignação IRS e Reembolso IVA)	1.983,71	2.388,87
Outras operações (Adiantamentos ao pessoal)	**2.829,53**	**245,12**
Outros Devedores	**14.101,91**	**10.788,29**
Cobrador (Capital e Juros)	5.988,37	4.986,14
E.D.P.	36,59	233,50
CDSSS Adaptar Social +	7.978,22	0,00
I.E.F.P.	98,73	0,00
Fidelidade	0,00	568,65
Repsol	0,00	5.000,00
Total	**18.915,15**	**13.422,28**

O valor a receber da Repsol corresponde a um crédito que nos é concedido sempre que se atingem as 12 toneladas de consumo de Gás.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021, esta rúbrica encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2020		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Gastos a Reconhecer		**2.657,16**		**3.177,90**
Seguro de Viaturas		**930,74**		**920,93**
Outros, diversos		**1.726,42**		**2.256,97**
Seguro Acidentes Pessoais		21,32		21,32
Seguro Multirriscos		418,43		426,66
Seguro Acidentes de Trabalho		1.286,67		1.365,17
ISS, IP. (juros e Custas)		0,00		443,82
Total	**0,00**	**2.657,16**		**3.177,90**

Gastos a Reconhecer até 31 de Dezembro de 2022.

17.6 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021, não apresenta qualquer valor.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2021
Caixa	16.243,12	9.233,91
Depósitos à ordem	28.862,76	16.003,82
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	**45.105,88**	**25.237,73**

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	224.459,05	0,00	0,00	224.459,05
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.170.664,49	102.725,32	238.961,75	1.034.428,06
Excedentes de revalorização (Reav. Livre)	102.725,32	0,00	102.725,32	0,00
Excedente de Revalorização (Imp. Diferidos)	-20.981,92	0,00	+20.981,92	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.001,47	0,00	3.001,47	0,00
Total	**1.479.868,41**	**102.725,32**	**323.706,62**	**1.258.887,11**

O aumento verificado na rúbrica de Resultados Transitados corresponde à redução do excedente de Revalorização do Edifício Sede no montante de 102.725,32 €.

A diminuição verificada na rúbrica de Resultados Transitados corresponde aos seguintes factos ocorridos:

1. Redução da Rúbrica "58921" - Impostos Diferidos, anteriormente reconhecidos por via da Revalorização do Edifício Sede e respectivo Terreno, no montante de 28.047,73 €.
2. Transferência do RLE de 2020 no montante de 210.914,02 €.

A diminuição verificada em Excedente de Revalorização (Reavaliações livres) representa a redução do Excedente de Revalorização e corresponde às depreciações do exercício que não seriam aceites fiscalmente caso a Instituição não beneficiasse de Isenção de IRC.

A diminuição de Excedente de Revalorização (Impostos Diferidos), está relacionada com a transferência para a conta "5651" – Redução do Excedente de Revalorização, correspondente ao montante das depreciações do exercício que não seriam aceites fiscalmente com o efeito da taxa de IRC aplicável (21 %).

A diminuição verificada na Rúbrica "Outras Variações dos Fundos Patrimoniais", deveu-se à imputação em rendimentos da proporção das respectivas depreciações de equipamentos, anteriormente adquiridos.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Fornecedores c/c	25.117,00	32.953,34
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	**25.117,00**	**32.953,34**

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.249,05	1.091,31
Rendimentos de Capitais	0,00	0,00
Total	**3.249,05**	**1.091,31**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.281,00	2.414,00
Rendimentos Trabalho Independente	229,94	43,75
Segurança Social	8.696,37	15.894,61
FCT e FGCT	114,92	131,46
Penhora de Vencimentos	0,00	0,00
Total	**10.322,23**	**18.483,82**

A rúbrica IVA constante do **Activo** no montante de 1.091,31 € refere-se ao imposto suportado nas aquisições de géneros alimentícios cujo reembolso é solicitado até um ano após a data da factura da compra.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		**34.972,67**		**33.563,30**
Pessoal		**32.848,80**		**32.206,47**
Remunerações a pagar		27.088,01		26.667,33
Encargos com remunerações		5.760,79		5.539,15
Outras Despesas Diferidas		**2.123,87**		**2.814,82**
E.D.P. Comercial, SA		2.123,87		2.611,83
CESP - Sindicato		0,00		202,99
Passivo por Impostos Diferidos		**20.981,92**		**0,00**
Reavaliação Edifício Sede		20.981,92		0,00
Outros credores (Arlimoz)		211,66		0,00
Total	**0,00**	**54.699,58**		**68.584,60**

O montante de 32.206,47 €, resulta do acerto de remunerações a pagar no valor de 1.255,01 € assim como do reconhecimento do Subsídio de Férias a pagar aos funcionários e os respectivos encargos para a Segurança Social, referentes a 2021.

O montante de 2.611,83 € referente à EDP, Comercial S.A., representa a estimativa referente ao gasto proporcional de electricidade do período compreendido entre 06/12/2021 e 31/12/2021.

O montante de 202,99 € refere-se à verba a pagar ao Sindicato dos funcionários (CESP), devido a quotas que lhes foram cobradas no mês de dezembro de 2021

17.12 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021, não apresenta qualquer valor.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	**387.125,79**	**297.693,37**
C.D.S.S.S. de Portalegre	374.244,38	294.011,77
ISS, IP – Programa Adaptar Social +	5.936,62	3.181,60
U.F.T.V.B.	300,00	500,00
Município de Elvas	5.460,00	0,00
I.E.F.P., IP	1.184,79	0,00
Doações e heranças	**2.899,32**	**4.613,79**
Legados	0,00	0,00
Total	**390.025,11**	**302.307,16**

As "Doações e heranças" dizem respeito aos donativos concedidos à Instituição.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	39.879,83	29.486,01
Materiais	30.243,22	21.166,79
Energia e fluidos	30.561,99	32.102,00
Deslocações, estadas e transportes	2,95	0,00
Serviços diversos	7.056,89	6.951,80
Total	**107.744,88**	**89.706,60**

A diferença verificada na rúbrica serviços especializados está directamente relacionada com a redução mais expressiva com as despesas de conservação, reparação e manutenção da Praça de Touros e do Jardim.

O decréscimo na Rúbrica de Materiais derivou da diminuição de utentes, nomeadamente nas valências de Centro de Dia e de SAD, devido à pandemia Covid19.

No que á Energia e Fluidos diz respeito, o aumento verificado de 1.540,01 €, deve-se fundamentalmente à escalada dos preços da energia (Combustíveis, Electricidade e água), durante o ano de 2021.

17.15 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Rendimentos Suplementares	**609,76**	**711,81**
Energia eléctrica	579,76	711,81
Taxas	30,00	0,00
Restituição de IVA	610,28	1.861,26
Consignação IRS	1.745,09	2.297,94
Subtotal	**2.965,13**	**4.871,01**
Subsídios PRODER (Imputação dos Subsídios ao Investimento nos termos do Capítulo 14 da NCRF-ESNL)	576,84	959,87
Subtotal	**3.541,97**	**959,87**
Outros Rendimentos e Ganhos **TOTAL**	**3.541,97**	**5.830,88**

O montante correspondente aos Subsídios PRODER corresponde à imputação da última tranche dos mesmos, para rendimento.

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Imposto de Selo	113,50	76,19
Dívidas incobráveis	887,00	260,00
Taxas	706,00	0,00
Outros Gastos (Quotizações)	344,00	348,00
Outros não especificados	0,00	34,05
Total	**2.050,50**	**718,24**

O valor referente às dívidas incobráveis diz respeito às quotas não cobradas dos associados que renunciaram ou faleceram.

Os "Outros Gastos" referem-se às quotizações pagas à UDIPSS Portalegre - 320,00 € e BVE 28,00 €.

Os Outros não especificados dizem respeito a encargos relacionados com o processo de dívida á Segurança Social.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.801,42	1.878,67
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**2.801,42**	**1.878,67**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	117,42	97,77
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**117,42**	**97,77**
Resultados Financeiros	**-2.684,00**	**-1.780,90**

Os "Juros suportados" correspondem ao empréstimo referido na Nota **8** deste Anexo.

No que aos "Juros obtidos" diz respeito incluem os juros obtidos de "Outros devedores".

17.18 Análise Económica e Financeira

Rácios Financeiros		2019	2020	2021
Autonomia Financeira	Fundos Patrimonias / Activo	0,87	0,88	0,87
Fundo Maneio Patrimonial	Activo Corrente - Passivo Corrente	63.723,70 €	29.300,93 €	-21.028,95 €
Liquidez Geral	Activo Corrente / Passivo Corrente	1,92	1,41	0,76
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Liquidos / Passivo Corrente	1,33	0,64	0,30

A Autonomia Financeira representa o nível de independência financeira da Instituição perante os seus Credores. Trata-se de um indicador bastante importante para análise aquando do recurso, se necessário, ao crédito. Considerando-se que uma Autonomia Financeira bastante aceitável tem por base o índice de 0,20, verifica-se que ao longo do triénio em análise, esse indicador é claramente superior, significando portanto que em caso de necessidade, não existirão restrições de acesso ao crédito.

Considera-se que o equilíbrio financeiro é alcançado quando o Activo Corrente é superior ao Passivo Corrente, neste caso, a instituição já apresenta alguma dificuldade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, apresentando um fundo de maneio negativo. A redução de 50.329,88 €, verificada entre 2020 e 2021, deveu-se substancialmente ao decréscimo da rúbrica "Caixa e Depósitos Bancários" causada pela falta de utentes atrás citada.

Os Rácios de Liquidez medem a capacidade da Instituição solver os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior for o indicador maior será a probabilidade de reembolsar o crédito obtido dos fornecedores e de outros credores a curto prazo. A Liquidez Geral indica a capacidade que a Instituição tem em fazer face aos débitos de curto prazo utilizando os montantes das disponibilidades, Clientes, utentes e Inventários. A Liquidez Imediata mede a capacidade de a Instituição solver os compromissos de curto prazo recorrendo somente às disponibilidades. A redução verificada entre 2020 e 2021 deve-se à quebra de 44 % na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários".

Rácios Actividade		2019	2020	2021
Prazo Médio de Recebimentos	Dívidas de Terceiros x 365 dias / Volume de Negócios	5,36	5,30	4,48
Prazo Médio de Pagamentos	Fornecedores x 365 dias / Compras + Fornecimentos e Serviços Externos	27,16	33,04	47,28

Pela análise aos Rácios de Actividade verifica-se que a Instituição honra os seus compromissos num prazo superior ao Prazo Médio de Recebimentos, ou seja, recebe num prazo mais curto do que aquele que paga, regra elementar para a manutenção do Fundo de Maneio.

Rácios Económicos		2019	2020	2021
Rendibilidade do Activo	Resultado Líquido do Período / Activo	-0,09	-0,15	-0,27
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período / Fundos Patrimoniais	-0,10	-0,17	-0,32

A Rendibilidade do Activo, é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro sendo, portanto um bom indicador para medir a qualidade da gestão. Um resultado elevado significa que os activos da Instituição têm elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. A redução verificada está directamente relacionada com uma quebra de no RLE (Resultado Líquido do Período) determinada principalmente pela redução do volume de negócios isto é redução do numero de utentes já descrito, e consequente redução das suas comparticipações e subsídios advindos do CDSSS de Portalegre.

A Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais representa a capacidade dos fundos patrimoniais da Instituição em gerar retorno financeiro. De outra forma, a Rendibilidade dos fundos patrimoniais procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão da aplicabilidade dos fundos concedidos pelos *stakeholders* (Utentes, Associados e Segurança Social) em termos de produção de resultados financeiros. Assumindo que os fundos patrimoniais da Instituição representam a sua situação patrimonial líquida, isto é, o seu valor contabilístico, pode-se considerar a rendibilidade dos fundos patrimoniais

como sendo a rendibilidade da própria Instituição. A redução verificada entre 2019 e 2021 justifica-se pelo mesmo motivo atrás citado.

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direcção Administrativa em 02-03-2022.

Tendo por base a reavaliação da situação epidemiológica no país, o Governo Português a exemplo de outros Estados tem determinado um conjunto de medidas extraordinárias que têm por objetivo limitar a propagação da pandemia e proteger a saúde pública, que se consubstanciam em restrições na circulação de pessoas que conduziu a uma contracção da economia. Como consequência desta situação, a economia revela actualmente um estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que por enquanto ainda estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Instituição, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos, sem prejuízo obviamente da necessidade de um novo alinhamento estratégico tendente à captação de novos utentes e ou outros serviços complementares.

Terrugem, 02 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

A Direcção